

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CESAF

EDITAL N.º 03/2015

O Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do presente Edital, convoca os interessados na publicação de artigos científicos na 14ª edição da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme as disposições que seguem:

1. A Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins é uma publicação semestral, coordenada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf), que tem como objetivo o aprimoramento de seus integrantes, o estímulo à produção científica e a socialização dos conhecimentos e entendimentos jurídicos.

2. O periódico será composto por artigos inéditos, elaborados preferencialmente por membros e servidores da Instituição, constituídos por conteúdos com ênfase nas reflexões, estudos, ações e temas interdisciplinares de relevância para o Ministério Público. Os artigos poderão ser elaborados individualmente ou possuir, no máximo, dois autores.

3. Os artigos deverão ser inéditos, evitando-se, sob quaisquer circunstâncias, submissões simultâneas para apreciação em outro periódico ou veículo de divulgação impressa ou digital.

4. Os artigos deverão ser encaminhados por via eletrônica, mediante anexação de arquivos em formato .doc (Word) ou .odt (Linux), para o e-mail: cesaf@mpto.mp.br.

4.1 Os arquivos deverão conter:

- Arquivo 1: Dados de identificação do(s) autor(es), como nome completo, titulação acadêmica, título do artigo, endereço completo, número de telefone, endereço eletrônico e cargo.

- Arquivo 2: O texto integral conforme orientações do Anexo I e modelo do Anexo II.

4.2. O critério adotado para separação em arquivos e envios separadamente é necessário para preservação da isonomia entre os concorrentes por ocasião da análise do Conselho Editorial.

5. Os artigos e arquivos com dados deverão ser entregues, impreterivelmente, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação deste Edital.

6. Os trabalhos devem observar atentamente o disposto neste Edital, bem como as normas da ABNT (NBR 10520/2002, NBR 6023/2002, NBR 6028/ 2002 e NBR 14724/2011).

6.1 Os artigos que não estiverem de acordo com as regras deste Edital serão devolvidos ao autor.

7. No Anexo I deste Edital constam informações gerais para elaboração dos trabalhos; no Anexo II, um modelo com sugestões complementares sobre apresentação e formato do artigo e no anexo III, o Termo de Cessão de Direitos Autorais, a ser assinado pelos autores.



8. Os trabalhos serão analisados, primeiramente, quanto aos aspectos linguístico-textuais e formais por equipe técnica do Cesaf e posteriormente serão enviados aos seus autores para correção.
9. O prazo máximo para reenvio dos artigos ao Cesaf é de 10 (dez) dias, a contar da devolução ao autor. Estará automaticamente eliminado e dispensado da apreciação do Conselho Editorial o trabalho que não tenha cumprido o prazo estipulado.
10. Os trabalhos recebidos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial e, aqueles que forem aprovados de acordo com os critérios estabelecidos, serão encaminhados à equipe de revisão linguístico-textual e diagramação da Revista;
11. A cessão de direitos autorais ao Cesaf deverá ser feita mediante o preenchimento do formulário de cessão de direitos, disposto no Anexo III deste edital. O Termo deverá ser encaminhado ao Centro de Estudos, acompanhado do artigo a ser publicado.
12. Serão fornecidos três (3) exemplares ao autor principal de cada artigo, correspondentes ao número da Revista em que seu texto for publicado, além de declaração de aceite do trabalho em caso de necessidade de comprovação documental por parte do(s) autor(es) selecionado(s).
13. O conteúdo e as ideias expressas nos textos são de inteira responsabilidade de seus autores.
14. Os trabalhos selecionados serão publicados na Revista Jurídica do Ministério Público de número 14, em formato impresso e eletrônico (site do MPTO), a critério da Procuradoria-Geral de Justiça.

Palmas, 27 de outubro de 2015.



José Maria da Silva Júnior
Procurador de Justiça
Coordenador do Cesaf